

ABIN PARALELA

Ministro Alexandre de Moraes derrubou sigilo de gravação de conversa entre o ex-presidente e aliados para proteger o filho em investigação

Áudio revela plano para blindar Flávio

» LUANA PATRIOLINO

A quebra do sigilo da gravação em que o ex-presidente Jair Bolsonaro discute com aliados sobre um plano para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) demonstrou que a estratégia consistia em desacreditar a atuação dos auditores da Receita Federal. O áudio, liberado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), faz parte da investigação da chamada Abin Paralela, que apura uso do órgão para espionagem ilegal durante o governo Bolsonaro.

Em 2020, Flávio Bolsonaro foi denunciado no esquema da “rachadinha” (desviar recursos de seu gabinete) na época em que era deputado na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). A reunião, em 25 de agosto, durou pouco mais de uma hora e foi gravada pelo então diretor-geral da Abin, Alexandre Ramage (PL-RJ), atual deputado federal. Além dele, estiveram presentes Jair Bolsonaro, o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach — a última representou Flávio de 2020 a 2022.

Na gravação, o ex-diretor da Abin propõe abrir procedimentos administrativos contra os auditores fiscais que investigaram o senador para anular as investigações, e Bolsonaro concorda. A estratégia foi posta em prática, e o processo contra Flávio foi arquivado em 2022.

O ex-presidente também sugeriu a elas conversarem com o chefe da Receita. Depois, disse que iria conversar com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para “resolver o assunto”. As advogadas apontaram que o melhor caminho seria o então chefe do órgão, Gustavo Canuto.

Augusto Heleno afirma que o plano para blindar o senador

Reprodução/Redes sociais



Em gravação, Bolsonaro pede para falarem com os chefes da Receita Federal e do Serpro

deve ficar “fechadíssimo”. Em determinado momento, a advogada Luciana Pires fala sobre buscar dados de funcionários da Receita. Ela diz: “Olha, em tese, com um clique você consegue saber se um funcionário da Receita (inaudível) esses acessos lá”.

O então chefe do GSI destaca: “Tentar alertar ele que ele tem que manter esse troço fechadíssimo. Pegar gente de confiança dele. Se vazar (inaudível)”.

Após a divulgação da gravação, Flávio Bolsonaro disse que a defesa se concentrou em questões processuais. “O áudio mostra apenas minhas advogadas comunicando as suspeitas de que um grupo agia com interesses políticos dentro da Receita Federal e com objetivo de prejudicar a mim e a minha família. A partir dessas suspeitas, tomamos as medidas legais cabíveis”, disse.

Por meio de um vídeo nas redes sociais, Alexandre Ramage afirmou que gravou reunião com o consentimento de Bolsonaro. Segundo ele, o objetivo era

registrar uma suspeita que acabou não ocorrendo.

“Essa gravação não foi clandestina. Houve o aval e o conhecimento do presidente para que ela ocorresse. A gravação foi realizada devido a uma informação recebida sobre uma pessoa que participaria da reunião e que teria contato com o governador do Rio de Janeiro na época. Havia a preocupação de que essa pessoa pudesse apresentar uma proposta nada republicana”, alegou.

A advogada Luciana Pires disse, em nota, que sua atuação se deu “de forma técnica e nos estritos limites do campo jurídico”. “Protocolamos a petição mencionada nos diálogos formalmente, nos órgãos competentes, com vista a obter informações acerca do acesso ilícito aos dados pessoais do senador Flávio Bolsonaro e, diante do seu indeferimento, impetramos um habeas data, que era o remédio processual adequado àquela ocasião, o qual, hoje, se encontra sob recurso”, afirmou.

Cargo no STF

Na gravação, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel teria prometido ajuda para blindar o senador Flávio Bolsonaro na investigação das rachadinhas, em troca de indicação ao cargo de ministro do STF.

“O ano passado (2019), no meio do ano, encontrei com o (Wilson) Witzel, não tive notícia (inaudível) bem pequenininho o problema. Ele falou, resolve o caso do Flávio. Me dá uma vaga no Supremo. (...) Sede de poder”, relatou Bolsonaro.

O ex-presidente complementou: “Então, você sabe o que que vale você ter um ministro irmão teu no Supremo”.

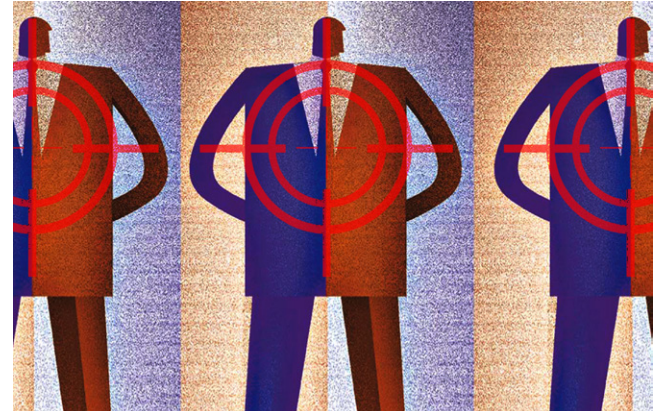
Após a revelação de Bolsonaro, as mulheres se surpreendem, e Bolsonaro diz que a vaga seria para o juiz Flávio Itabaiana, responsável por julgar a suspeita de rachadinha cometida no gabinete do filho.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Era uma vez um sonho americano

Quatro presidentes norte-americanos já foram assassinados em pleno exercício da profissão: Abraham Lincoln ((Hodgenville, 12 de fevereiro de 1809 — Washington, D.C., 15 de abril de 1865), James Abram Garfield (Moreland Hills, 19 de novembro 1831 — Washington, D.C., 19 de setembro de 1881), William McKinley (Niles, 29 de janeiro de 1843 — Buffalo, 14 de setembro de 1901) e John Fitzgerald Kennedy (Brookline, 29 de maio de 1917 — Dallas, 22 de novembro de 1963), de um total de 16 presidentes que sofreram atentados, entre eles Ronald Reagan.

A série *Ultimo ato* (Manhunt) da Apple TV+, baseada no livro *A caçada ao assassino de Lincoln*. 12 dias que abalaram os EUA, de James L. Swanson, mostra os bastidores de um dos assassinatos mais icônicos da violência política nos Estados Unidos. Monica Beletsky, criadora da produção, mergulha nos subterrâneos de uma conspiração que marcou um dos momentos importantes da história norte-americana.

A narrativa começa no dia 14 de abril de 1865, o dia do assassinato de Lincoln, e segue a trajetória de John Wilkes Booth (Anthony Boyle), o assassino, e Edwin Stanton (Tobias Menzies), que comanda as investigações para achar o assassino e seus cúmplices. A longa e implacável perseguição a Booth desnuda uma teia de conspirações e intrigas políticas sulistas e sua repercussão na reconstrução do país após a guerra-civil e a abolição.

Tablóide americano (Record), romance policial *noir* de James Ellroy, é uma obra de ficção baseada em fatos históricos. É o primeiro volume de uma trilogia sobre as conexões entre a política, os serviços de inteligência, as relações mafiosas e os senhores da guerra. Termina no dia do assassinato do presidente John Kennedy, depois de descrever a vida mundana na Casa Branca.

O Kennedy de Ellroy é um político carismático que não resiste a um rabo-de-saia; Howard Hughes, um magnata paranoico drogado; Sinatra, traído pela mulher Ava Gardner, o parceiro de farras. Robert Kennedy investiga a Máfia, o FBI investiga seu irmão JFK, a CIA investiga todo mundo, todos lutam contra Fidel Castro e querem Cuba de volta, o paraíso dos prazeres proibidos. O segundo volume da trilogia, *Dois mil em espécie* (Record), conta a história da suposta operação para abafar a conspiração que levou à morte de Kennedy, a partir da execução de Lee Harvey Oswald, seu assassino, uma queima de arquivo.

Bandidos, ex-policiais, políticos, milionários, astros do cinema e todo tipo de personagem envolvidos em atos mais ou menos ilícitos, da prostituição ao assassinato; invasão de privacidade, corrupção, tráfico de influências e de heroína. Ellroy descreve o recrutamento de refugiados cubanos para combater Castro, operações da CIA financiadas ilicitamente, as puladas de cerca de Kennedy e a loucura de Howard Hughes. Ou seja, a hipocrisia americana e sua política corroida pela corrupção.

O vice ideal

J.D. Vance (Gabriel Basso), um ex-fuzileiro oriundo do sul do Ohio e aluno de direito em Yale, está prestes a conseguir o emprego com que sempre sonhou, quando uma crise familiar o obriga a regressar a casa e a reencontrar uma vida que queria esquecer. J.D. terá de lidar com a sua complicada família rural, incluindo a relação com Bev (Amy Adams), a sua mãe toxicodependente. Tocado pelas memórias da avó Mamaw (Glenn Close), a mulher forte e sagaz que o criou, J.D. percebe que, para realizar os seus sonhos, terá primeiro de aceitar as suas raízes.

Essa é a sinopse de *Era uma vez um sonho* (Hillbilly Elogy), um drama com escalada de ações inacreditáveis. Do abuso repetitivo de drogas e consequentes recaídas até à paternidade exibida da forma mais aleatória possível. O best-seller norte-americano *Hillbilly Elogy é o memoir* que inspira filme. Aos 39 anos, na realidade, seu autor, J.D. Vance é o senador republicano escolhido para vice na chapa de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. A escolha foi feita na Convenção Nacional Republicana, realizada em Milwaukee, Wisconsin.

J.D. Vance derrotou o governador da Dakota do Norte, Doug Burgum, e o senador Marco Rubio, da Flórida. Nascido e criado em Middletown, Ohio, pertenceu ao corpo dos Marines e serviu no Iraque; depois, diplomou-se na Ohio State University e da Yale Law School. Trabalhou como capitalista de risco no Vale do Silício. Foi escolhido a dedo para rejuvenescer a chapa de Trump e ressignificar o sonho americano, como alguém para representar o apelo republicano aos americanos médios, especialmente entre os eleitores brancos rurais e trabalhadores que já ajudaram Trump a chegar à Presidência.

Seu nome já estava escolhido quando Trump sofreu ao atentado no comício da Pensilvânia, sábado passado. Ferido de raspão na orelha, escapou de morrer por um triz. Vance é um líder extremista, contra a política externa intervencionista, a favor da economia de mercado livre e conservador nos costumes (gostaria de proibir o aborto após 15 semanas). Vivíssimo, Trump escolheu um eventual herdeiro político. Ou seja, ficou mais difícil para Joe Biden se reeleger presidente dos Estados Unidos.

CASO MARIELLE

Delegado nega culpa e se diz vítima

» EVANDRO ÉBOLI

Apontado pela investigação da Polícia Federal como mentor intelectual do assassinato da vereadora Marielle Franco, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, que virou réu no Supremo Tribunal Federal (STF), prestou depoimento, ontem, no Conselho de Ética da Câmara, arrolado como testemunha de defesa do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Na emboscada, o motorista Anderson Gomes também morreu.

Preso numa penitenciária federal em Brasília desde 24 de março, há quase quatro meses, Barbosa negou envolvimento no assassinato e afirmou que está preso numa vingança de Ronnie Lessa, assassino confesso da parlamentar do PSol, que o citou em sua delação por ele ter indicado o delegado, Ginton Lages para investigar o caso. E foi Lages quem o prendeu.

Apesar de comparecer na condição de testemunha de Brazão, Rivaldo Barbosa garantiu que nunca teve qualquer relação com os irmãos Brazão, que não os conhece e que jamais conversou com eles. O delegado é apontado no inquérito como quem teria liderado a ação que levou à morte da vereadora. Ele contou que usaria aquele espaço na Câmara dos Deputados para fazer sua defesa, o que teria sido negado a ele até agora pelas autoridades responsáveis pela investigação.

“Não faço a mínima ideia

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Rivaldo Barbosa (no telão) depôs no Conselho de Ética da Câmara

(porque foi arrolado). Só aceitei porque, quando vieram me ouvir (agentes da PF), pedi para falar em público, que fosse gravado em vídeo. E não foi. Para falar da minha indignação. Já perdi 15 quilos. Hoje estou aqui em razão de ter brigado contra a milícia, contra essas pessoas que fazem muitas pessoas serem mortas, inclusive Marielle e Anderson. Quem conduziu toda a investigação foi o delegado Ginton Lages, que, com provas técnicas, prendeu o Ronnie Lessa, que é um miliciano. Foi a milícia que matou Marielle”, afirmou Barbosa.

Ao ser questionado se sabe a razão de ter sido chamado

como testemunha de defesa de Chiquinho Brazão, também réu acusado de mandante do crime, mesmo sem sequer conhecê-lo, Barbosa respondeu que aceitou o convite da defesa do parlamentar por aproveitar o espaço para se defender.

“Esse aqui é um momento para eu poder falar. Me tiraram de minha casa e fui trazido para esse presídio sem ter feito nada. Única coisa que fiz foi indicar o delegado que prendeu o Ronnie Lessa. E essa é a única maneira de minha família me ver. Desde 31 de maio de 1969, quando nasci, nunca falei com nenhum irmão Brazão. Nunca tive contato com

eles, nem político, nem profissional, nem por lazer, religioso ou espiritual. Não existem para mim como eu não existo para eles.”

Rivaldo Barbosa afirmou também que jamais se envolveria na morte de alguém, muito menos da vereadora, quem o ajudou muito.

“Se eu já não faria isso com qualquer pessoa que eu não goste, quicá com uma pessoa que só me ajudou. Marielle só me ajudou”, declarou o delegado.

O delegado se referiu ao período em que a vereadora era funcionária do gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo, no Rio, também do PSol.

“Quando assumi a delegacia de homicídios, o deputado Marcelo Freixo era da Comissão de Direitos Humanos e toda morte que ocorria em comunidades ele me ligava e me cobrava. E aí, com o passar do tempo, foram muitas ocorrências e ele deixou a Marielle para fazer contato comigo. A Marielle fazia contato comigo”, contou.

Sobre participação ou não do deputado na morte da vereadora, Barbosa respondeu que essa pergunta precisa ser feita ao delegado Ginton. Ele argumentou que não tinha conhecimento da investigação do caso porque, como chefe da Polícia Civil, era responsável por 170 delegacias.

“Nunca influenciei na investigação. Gostaria de apresentar quem matou Marielle e Anderson, como apresentei”, disse a testemunha.